

INCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

INCLUSION OF PEOPLE WITH SPECIAL NEEDS IN HIGHER EDUCATION: CHALLENGES AND PERSPECTIVES

Francidalma Soares Sousa CARVALHO FILHA¹

Franc-Lane Sousa Carvalho do NASCIMENTO²

Ava Fabian dos Anjos LIMA³

Najra Danny Pereira LIMA⁴

Marcus Vinicius da Rocha Santos da SILVA⁵

RESUMO: o processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais, sobretudo, no ensino superior, ainda se encontra marcado por indefinições, apesar de muitas instituições se mostrarem receptivas à chegada dessas pessoas. O objetivo deste estudo foi analisar os desafios e perspectivas na inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em Instituições de Ensino Superior. Tratou-se de um estudo bibliográfico do tipo revisão integrativa da literatura, com levantamento na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (Medline)/PubMed e Base de Dados de Enfermagem (BDEnf). Foram analisados 11 artigos científicos no período de 2010 à 2016. Conclui-se que os artigos revisados evidenciam que a Inclusão de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais no ensino superior enfrenta desafios, tais como: a dificuldade na acessibilidade da estrutura física das Instituições de Ensino Superior, falta de preparo dos professores, funcionários e gestores das universidades para receber esse público.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas com necessidades especiais. Inclusão escolar. Formação Docente.

ABSTRACT: the process of inclusion of people with special needs, especially in higher education, is still marked by uncertainties, although many institutions are receptive to the arrival of these people. The objective of this study was to analyze the challenges and perspectives in the inclusion of people with special educational needs in Higher Education Institutions. It was a bibliographic study of the type integrative review of the literature, a survey was carried out in the Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS), Online Medical Literature Search and Analysis System (Medline) / PubMed and Nursing (BDEnf). Eleven scientific articles were analyzed in the period from 2010 to 2016. It can be concluded that the revised articles show that the inclusion of people with special educational needs in higher education faces challenges such as: difficulty in accessibility of the physical structure of higher education institutions, Lack of preparation of the professors, employees and managers of the universities to receive this public.

KEYWORDS: People with special needs. School inclusion. Teacher Training.

¹ Enfermeira – Doutora e Mestre em Enfermagem - Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão/FACEMA - E-mail: francidalmafilha@gmail.com.

² Professora - Pedagoga - Doutora e Mestre em Educação - Universidade Estadual do Maranhão – UEMA - Faculdade de Ciências e Tecnologias do Maranhão - FACEMA – Secretaria de Educação, Ciências e Tecnologias do Município de Caxias –MA, E-mail: franclanecarvalho@gmail.com.

³ Enfermeira - Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão - FACEMA, E-mail: avafabian0@gmail.com.

⁴ Enfermeira - Licenciatura em Letras - Pós-graduação em Neuropsicopedagogia clínica e institucional E-mail: arjandanny@hotmail.com.

⁵ Enfermeiro - Especialista em Docência do Ensino Superior - Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão – FACEMA - E-mail: marcusvinicius.darocha@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

A concepção de educação inclusiva busca contemplar a atenção para as diferentes necessidades decorrentes de condições humanas individuais. Assim, o termo necessidade especial coloca ênfase nas ações que a escola deve promover para responder às diferentes necessidades dos alunos. Neste trabalho, adotou-se a designação necessidade educacional especial (NEE), por englobar num sentido amplo todas as pessoas que são portadoras de alguma deficiência⁶, seja esta, de ordem física, cognitiva, socioeconômico e/ou cultural, que interfiram na acessibilidade, à qual, o indivíduo tem direito de adquirir ou usufruir (OLIVEIRA et al, 2016; FERRARI; SEKKEL, 2007).

Entende-se, portanto, que todo educando possui direito à educação, independentemente de suas limitações ou necessidades educacionais. Assim, as políticas brasileiras reconhecem o processo de inclusão como uma ação educacional que tem por meta possibilitar o ensino de acordo com as necessidades individuais da pessoa, promovendo a sua inserção tanto na escola quanto na sociedade e o seu crescimento pessoal e, mais tarde, profissional (CUNHA, 2015).

Nesse sentido, o Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos na conferência mundial da UNESCO, em 1990 e tornar-se signatário da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). Desde então, foi dada maior visibilidade às questões relativas à inclusão e exclusão na educação e instalou-se um processo de transformações no sistema educacional brasileiro. Em decorrência disso, aconteceram mudanças na legislação e na elaboração de diretrizes nacionais para a educação, todas elas voltadas para a perspectiva de uma educação inclusiva. Apesar disso, muitos alunos permanecem em ambientes de ensino segregado. (FERRARI; SEKKEL, 2007).

A educação inclusiva esteve associada durante muito tempo aos níveis de ensino pré-escolar, básico e secundário. Porém, devido ao recente alargamento da escolaridade obrigatória, à utilização das novas tecnologias da informação e da comunicação e ao regime de contingente especial de acesso ao ensino superior para estudantes com deficiência física ou sensorial, este se torna cada vez mais acessível a pessoas com necessidades educativas especiais (NEE) também na idade adulta (ANTUNES, 2013).

Nesse sentido, verifica-se que a inclusão escolar de pessoas com algum tipo de necessidade especial é fato contemporâneo na educação brasileira, mesmo com a ausência de informações precisas quanto ao resultando de tal inserção tanto entre os educadores quanto entre os pais e pessoas com deficiência. Conforme Mendes (2006), apesar de a ação educacional estar apoiada nas leis e apresentar grandes avanços, esse é um processo que apresenta inúmeras dificuldades, sendo um enorme desafio a ser superado por todos aqueles que nele estão envolvidos.

A este respeito, Briant e Oliver (2012) consideram que na perspectiva da educação inclusiva, uma classe heterogênea com pessoas neurotípicas e atípicas pode ser vista como um estímulo, que provoca a adoção de estratégias destinadas a criar um ambiente educativo mais rico para todos, ou seja, as mudanças metodológicas e organizativas passam a responder aos alunos que apresentam dificuldades, mas podem beneficiar todos os alunos da sala de aula.

Embora não se tenham muitos dados sobre pessoas com necessidades especiais no ensino superior, estudo de Silva (2011) apontou os tipos de deficiências mais recorrentes em alunos especiais matriculados nas escolas regulares, dentre os quais predominaram: deficiência visual, física, auditiva, altas habilidades ou superdotação, surdocegueira, deficiência múltipla e deficiência intelectual. Vale ressaltar que os achados da referida pesquisa indicaram que a deficiência intelectual acomete o maior número de discentes atípicos incluídos no ensino regular. Esses dados são corroborados pelas informações obtidas através da investigação implementada por Bueno e Meletti (2011) e os autores supracitados concluíram que as matrículas de alunos com deficiência intelectual de fato compõem a imensa maioria.

⁶ Muito embora essa expressão seja muito controversa na literatura e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva denomine-as de público-alvo da Educação Especial. (BRASIL, 2008).

O fato é que o processo de inclusão de pessoas com deficiência, sobretudo, no ensino superior, ainda se encontra marcado por indefinições sobre a forma como deve acontecer e, apesar de muitas instituições se mostrarem receptivas à chegada dessas pessoas, os pais e até mesmo os educadores ainda constataam que há o despreparo ou a falta de formação para recebê-las, gerando inseguranças em todos os atores envolvidos e partícipes do processo.

Nesse interim, a evolução tecnológica e a emergência de políticas educacionais que promovem a inclusão, têm permitido às pessoas com necessidades especiais novas possibilidades de estudo e trabalho, particularmente o acesso ao Ensino Superior. Porém, isso só se torna possível a partir da efetivação de políticas educacionais e institucionais, que visem o desenvolvimento da autonomia desses estudantes através do apoio de todos os participantes do contexto acadêmico. No entanto, é importante trabalhar, desde cedo, competências básicas que são pré-requisitos para a promoção a independência e a autodeterminação de estudantes com necessidades especiais, aumentando a sua responsabilidade pelo próprio percurso no Ensino Superior (RODRIGUES, 2003).

Contudo, Bisol (2010), acrescenta que no Brasil, existem poucas pesquisas que explicitam a situação de pessoas com necessidades especiais nas universidades, isso poderia indicar, sobretudo, a carência de políticas públicas que avancem para uma educação inclusiva no ensino superior. Pacheco e Costas (2006), afirmam que os estudos realizados sobre o acesso e permanência dos estudantes com necessidades especiais nas Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil, demonstram que são isoladas e insuficientes as iniciativas de proporcionar a eles apoio psicopedagógico, dentre outros, necessários para atender as demandas existentes.

Conforme Ferreira (2007), a inclusão de pessoas com NEE nas IES é gradativa, demanda mudanças estruturais e administrativas da instituição, e também na concepção de homem – indispensável à eliminação de barreiras atitudinais. Para Haiduk (2006), as pessoas com NEE precisam deixar de ser representadas pela incapacidade, ineficiência e improdutividade, tornando-se imprescindível buscar formas de permitir que esta pessoa desenvolva habilidades e capacidades que viabilizem o acesso a um lugar digno na sociedade assegurando-lhe o direito ao exercício pleno da cidadania, direito este que passa primeiro, pela educação.

Portanto, este trabalho teve como objetivo analisar os desafios e perspectivas na inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em Instituições de Ensino Superior, tendo em vista as dificuldades enfrentadas tanto por discentes quanto por docentes, seja de cunho estrutural, processual, quanto de resultados obtidos.

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa do tipo Revisão Integrativa da Literatura, que é um método de pesquisa da Prática Baseada em Evidências. Desta forma, esta revisão responde a uma ou mais perguntas e utiliza métodos explícitos para identificar, selecionar e avaliar criticamente os estudos (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008) dentre outros que analisam Inclusão de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais no ensino superior e em outros níveis e modalidades de educação. As questões delimitadas para este estudo foram: quais os desafios enfrentados por pessoas com Necessidades Educacionais Especiais no ingresso e permanência no ensino superior? Quais as perspectivas em relação à inclusão da pessoa com necessidade educacional especial, tanto no que tange as questões estruturais quanto pedagógicas na rede de ensino superior brasileiro?

A pesquisa trilhou o seguinte percurso metodológico: Identificação do problema; Busca na literatura; Extração dos dados dos estudos; Avaliação dos estudos; Interpretação dos resultados; Síntese dos resultados; súmula do conhecimento evidenciado. A estratégia de busca eletrônica se deu nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS),

Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (Medline)/PubMed e Base de Dados de Enfermagem (BDENF) empregando, de forma isolada ou em combinação com a expressão booleana And, os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Pessoas com Deficiência (Disabled Persons), Inclusão Educacional (Mainstreaming Education) e Educação superior (Education, Higher).

A seleção dos estudos foi realizada seguindo as diretrizes da *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* – PRISMA – (LIBERATI et al, 2009). Os critérios de inclusão foram: produções científicas integrais em português, inglês e espanhol, disponíveis nas bases de dados selecionadas, no período de 2010 a 2016 e abordar a temática educação inclusiva no ensino superior. Optou-se pela exclusão dos artigos com textos incompletos, monografias, teses e dissertações, pois poderiam apresentar limitações, na concepção dos autores, para responder às questões norteadoras deste artigo.

Para extração dos dados dos artigos, elaborou-se um instrumento contendo as seguintes informações: título, autores, periódico, ano de publicação, tipo de pesquisa, base de dados. A análise dos estudos encontrados foi feita de forma descritiva onde os mesmos foram analisados quanto ao ano, autoria, local do estudo, tipo de estudo, população-alvo, delineamento do estudo (LIBERATI et al, 2009).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram identificados 423 estudos nas bases de dados. Desses, apenas 136 estavam disponíveis na íntegra; 46 não atendiam ao recorte temporal; 79 não abordaram a temática e questões norteadoras do estudo. Ao final, 11 estudos foram incluídos na revisão integrativa. Não foram encontrados estudos por meio da busca manual nas referências dos artigos encontrados. A figura 1 apresenta a síntese do processo de seleção dos artigos:

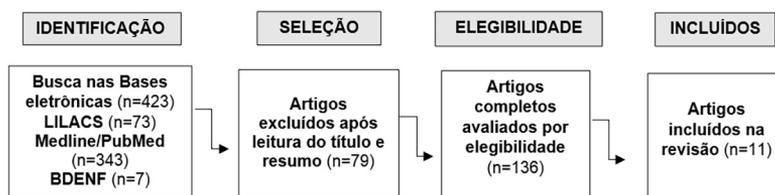


Figura 1 – Fluxograma de identificação e seleção dos artigos segundo diretrizes do instrumento PRISMA, 2010 a 2016.

Dos 11 estudos analisados, quanto às características gerais, a publicação mais antiga era de 2011; 10 (90,9%) artigos eram nacionais e um (9,1%) tinha abrangência internacional. Quanto ao idioma das publicações, obteve-se acesso a 10 (90,9%) em português e um (9,1%) em espanhol. Este achado pode ser considerado um aspecto positivo para o país, já que o expressivo número de publicações realça uma aparente preocupação dos pesquisadores em relação à inclusão de pessoas com NEE no ensino superior. Apresenta-se no Quadro 1 uma síntese dos estudos desta revisão integrativa.

Quadro 1 - Síntese dos estudos incluídos na revisão integrativa, na base LILACS, no período de 2010 a 2016. Caxias-MA, 2016.

Nº	TÍTULO	AUTORES	PERIÓDICO	ANO	ABORDAGEM/ TIPO E LOCAL DO ESTUDO	BASE DE DADOS
I	A Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais no Ensino Superior	Oliveira RQ. et al	Rev. Bras. Ed. Esp	2016	Revisão Integrativa (Brasil)	LILACS
II	Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras	Ciantelli APC; LEITE LP	Rev. Bras. Ed. Esp	2016	Análise Documental (Brasil)	LILACS
III	Estudo de Caso Sobre a Inclusão de Alunos com Deficiência no Ensino Superior	Duarte, ER. et al	Rev. Bras. Ed. Esp.	2013	Quantitativa (Brasil)	LILACS
IV	Política de formação inclusiva: percepção de gestores sobre processo de mudanças em Instituições de Ensino Superior	Pereira, FJR; Santos, SR; Silva, CC	Rev Bras Enferm	2011	Estudo exploratório descritivo, qualitativo (Brasil)	LILACS
V	Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior	Siqueira, IM; Santana, CS	Rev. Bras. Ed. Esp	2010	Descritivo Documental (Brasil)	LILACS
VI	Necessidades especiais no ensino superior: inclusão ou exclusão?	Costa, AE; Santos Júnior, CM	Fragmentos de cultura	2013	Descritivo Analítico (Brasil)	LILACS

VII	Jovens deficientes na universidade: experiências de acessibilidade?	Oliveira, CB	Revista Brasileira de Educação	2013	Análise Hermenêutica (Brasil)	LILACS
VIII	A formação do professor para o ensino superior: prática docente com alunos com deficiência visual	Reis, MX; Eufrásio, DE; Bazon, FVM	Educação em Revista	2010	Qualitativo (Brasil)	LILACS
IX	Perspectiva social sobre os discursos opressores da deficiência na universidade	Nunes, T; Rodrigues, R; Lamela, D; Costa, RN	Psico	2011	Revisão Bibliográfica (Portugal)	LILACS
X	Educación inclusiva y diversidad funcional en la Universidad	Padilla, EM Sarmiento, PJ; Coy, LY	Rev. Fac. Med	2013	Revisão Bibliográfica (Colombia)	LILACS
XI	Condições de Acesso às Pessoas com Deficiência em Instituições de Ensino Enfermagem: Utilização de Redes Neurais Artificiais como Suporte à Decisão	Pereira, FJR. et al.	Revista Brasileira de Ciências da Saúde	2012	Exploratório Descritivo Inferencial (Brasil)	LILACS

De acordo com Padilla et al (2013), a inclusão escolar da pessoa com Necessidade Educacional Especial, quando pautada na qualificação profissional e apoio pedagógico adequado, mostra-se ser um caminho para veicular o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico. Assim, pode-se pensar no ensino superior como um estágio de desenvolvimento inclusivo. Porém, os autores acrescentam que não se pode falar em um forte impacto que produza resultados, tendo em conta copos pobres de acesso em comparação com percentagens de pessoas nesta condição que poderia alcançar universidades e sucesso acadêmico.

Assim Oliveira et al (2016), alertam que as universidades ainda caminham a passos lentos no avanço do conhecimento das especificidades das necessidades especiais de seus alunos e por essa razão, não suprem de forma integral as carências competitivas para a inclusão educacional. Os autores enfatizam que é preciso apreender o conhecimento de que a necessidade especial de uma pessoa não pode reduzir seus direitos enquanto cidadãos de uma nação, que tem por obrigação promover assistência igualitária em todos os âmbitos da vida humana.

Uma informação relevante considerando esse aspecto foi pontuada por Duarte et al (2013), constatando que as instituições de ensino privadas recebem um número maior de alunos com NEE se comparadas as instituições públicas. Acredita-se que este fato se deve a aspectos tais como: o acesso via processo seletivo, mais disputado e falta de política de cotas de vagas para pessoas com deficiência na IES pública; a maior disponibilidade de cursos noturnos, a possibilidade de bolsa pelo ProUni e até mesmo acesso facilitado ao financiamento estudantil pelo FIES nas redes privadas.

Percebe-se que para que a educação inclusiva seja implementada, é preciso que as Instituições de Ensino Superior criem condições para que os alunos com NEE sejam recebidos de forma satisfatória e efetivamente incluídos no processo educacional. Para que isso aconteça, é necessário que haja a disponibilidade de recurso para a capacitação dos professores e de todos os profissionais envolvidos no processo de inclusão. Além disso, é necessárias infraestruturas simples (rampas, corrimãos, portas mais largas, elevadores exclusivos, banheiros adaptados, autorização para transitar com cães guias em quaisquer das dependências da universidade, etc.) e avançadas (computadores com mídias para mudos e deficientes auditivos, objetos e estruturas com inscrições em braile, e-books/IPAD's, cursos gratuitos de libras, impressoras em braile, etc.) (OLIVEIRA, 2013).

Em relação a isso, Pereira et al (2011), acrescentam que além das adaptações supracitadas, há necessidade de alterações metodológicas no acolhimento, ensino e avaliação da aprendizagem que somadas ao conjunto de políticas institucionais possibilitem, também, a permanência, o bom desempenho e a qualidade do ensino-aprendizado.

Nesse sentido, Reis et al (2010), reiteram que a preparação do professor para atender a alunos com NEE é primordial para que o processo ensino aprendizagem seja concretizado. Assim, a implantação de disciplinas referentes à educação inclusiva na grade curricular dos graduandos em licenciatura e o investimento em formação continuada, é de extrema relevância. Com essas medidas, o futuro profissional, além de conhecer o público-alvo atendido pelas políticas de inclusão, poderá desenvolver, em suas aulas, metodologias que possam atender as necessidades específicas de cada aluno.

Ciantelli e Leite (2016) acrescentam que é necessário um maior investimento em ações de acessibilidade, através da sensibilização, informação, conhecimento e conscientização dos dispositivos legais e políticas relacionadas à remoção das barreiras, visando a alterações no regimento interno, no projeto político- pedagógico e no plano de desenvolvimento institucional das instituições de ensino superior brasileira, em prol de uma educação menos excludente.

Ao falar de educação menos excludente, Siqueira e Santana (2010) ressaltam que a inclusão de pessoas com NEE no ensino superior não pode ser pensada a partir de ações isoladas, mas precisa congrega ações com vistas à aquisição de produtos e tecnologias; ações voltadas às atitudes sociais e para as políticas de inclusão de ingresso e permanência das pessoas com NEE, assim como relativas ao apoio que as instituições de ensino necessitam tais como no âmbito das pesquisas que desenvolvem, no financiamento da infraestrutura voltadas à formação e para o ensino, entre outros.

Desse modo, em conformidade com Duarte et al (2013), com finalidade de se alcançar uma educação inclusiva, o gestor do ensino superior, precisa investir na produção e distribuição de materiais pedagógicos apropriados, qualificação de professores, infraestrutura adequada para ingresso, acesso e permanência e, nas diversas instituições de ensino, os dirigentes devem estar atentos a qualquer forma de atitude discriminatória. Para tanto, é fundamental a implementação de políticas educacionais que explicitem, em seus programas, de que forma as universidades públicas poderão buscar recursos financeiros para se equiparar adequadamente a essas necessidades.

A verdadeira educação inclusiva implica na reestruturação das condições atuais das universidades, adequando práticas pedagógicas que propiciem o aprendizado para todos, assegurando, assim, o direito à escola e à cidadania, sendo importante destacar, ainda, que a inclusão educacional também depende da inclusão social e vice-versa, possuindo a família papel de grande importância (COSTA; SANTOS JUNIOR, 2013).

Para Pereira et al (2012), apesar das lacunas existentes na atenção às pessoas com necessidades especiais, não se pode deixar de reconhecer que, nas últimas décadas, muitas conquistas foram alcançadas nesse campo, basta verificar que, há pouco tempo, a luta se fazia no intuito de inserir esses indivíduos no ensino superior, hoje, o objetivo tem sido efetivar seu acesso e permanência neste ambiente. Entretanto, embora conquistas tenham sido verificadas, ainda é urgente uma ação articulada das instituições com as políticas públicas para atenção a essa parcela significativa da população com vistas a construção de uma sociedade igualitária e democrática.

Sugere-se que novos diálogos sejam feitos entre representantes legais, comunidade, gestores, professores e corpo discente dos campos educativos, incluindo às universidades, ouvindo seus alunos com necessidades especiais, numa concatenação de ideias entre as diversas áreas de conhecimento, para que se obtenha a compreensão das dimensões que envolvem a inclusão de pessoas com necessidades especiais nos cenários educativos, realizando também novas pesquisas que possibilitem fechar as lacunas do conhecimento que limitam a ação efetiva na inclusão social e educativa de pessoas com necessidades especiais (OLIVEIRA et al, 2016).

Nunes et al (2011), espera-se que as universidades tornem-se um espaço que permita o acesso igualitário permitindo oportunidade para que a pessoa com NEE cresça e desenvolva habilidades acadêmicas. Para tanto, se faz necessário um ambiente físico e social no qual a pessoa com NEE possa se manifestar e desenvolver suas capacidades livre de impedimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais mostra-se desafiadora, pois ainda são muitas as barreiras encontradas e poucas soluções para que esse processo seja de fato efetivado, tanto de cunho estrutural, quanto de processo, que diz respeito principalmente à falta de formação docente, que irá interferir significativamente nos resultados obtidos. Além disso, com base nesta revisão integrativa, pode-se notar que existem poucos estudos relacionados a esta temática, visto que a maioria deles está direcionada para a inclusão da pessoa com NEE Ensino Fundamental.

Assim, é possível destacar alguns desafios marcantes no processo de inclusão da pessoa com NEE no ensino superior entre eles, estão: a acessibilidade, relacionada tanto a estrutura física quanto a projeto pedagógico adequado às necessidades individuais dos estudantes; a formação de professores com vistas à aquisição de conhecimento sobre as variadas necessidades educacionais e, a partir disso, a condução adequada das aulas e orientações aos alunos; a carência de políticas públicas que viabilizem recursos financeiros para as instituições públicas de ensino superior visando o financiamento das adaptações necessárias para inclusão escolar e, por fim, a sensibilização dos gestores no sentido de implementar ações inclusivas nas instituições de ensino superior.

Evidenciou-se ainda, que apesar das lacunas existentes na atenção às pessoas com necessidades especiais, não se pode deixar de reconhecer que, nas últimas décadas, muitas conquistas foram alcançadas nesse campo. A inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais mostra-se desafiadora, pois ainda são muitas as barreiras encontradas e poucas soluções para que esse processo seja de fato efetivado, tanto de cunho estrutural, quanto de processo, que diz respeito principalmente à falta de formação docente, que irão interferir significativamente nos resultados obtidos.

Apesar de todas as dificuldades encontradas no processo de inclusão da pessoa com NEE, é notório que algumas conquistas foram alcançadas nos últimos anos, que interferem, inclusive na maneira como essas pessoas se vêem na sociedade. Nesse sentido, espera-se que haja sensibilização por parte do governo e gestores em educação, principalmente no aspecto formacional de professores, diretores, coordenadores e demais servidores que atuam nas Instituições de Ensino Superior, no intuito de ofertar condições adequadas para ingresso e permanência desse público na rede de ensino superior.

Para mais, urge a necessidade de se trabalhar mais intensificadamente para acolher as pessoas com deficiências em sua individualidade e integralidade, fazendo com que o ambiente acadêmico torne-se prazeroso, apesar de suas próprias limitações, incentivando a sua permanência e conclusão do curso que escolher para sua vida. É necessário também que professores recebam formação específica para atuarem com este público, com o intuito de minimizar angústias e fortalecer o processo de ensino aprendizagem dessas pessoas.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, A. P.; FARIA, C. P.; RODRIGUES, S. E.; ALMEIDA, L. s. Inclusão no ensino superior: percepções de professores em uma universidade portuguesa. **Rev Psicologia em Pesquisa**, Portugal, v.7, n.2, p.140-150, 2013.
- BISOL, C. A. VALENTINI, C. B.; SIMIONI, J. L.; ZANCHIN, J. Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n. 139, p. 147-172, abr., 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BRIANT, M. E. M. P.; OLIVER, F. C. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações. **Rev Bras Ed Esp**, Marília, v.18, n.1, p. 141-154, jan./mar., 2012.
- CIANTELLI, A. P. C.; LEITE, L. P. Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. **Rev Bras Ed Esp**, Marília, v. 22, n. 3, p. 413-428, jul./set., 2016.
- COSTA, A. E.; SANTOS JÚNIOR, C. M. Necessidades especiais no ensino superior: inclusão ou exclusão? **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 23, n. 2, p. 185-194, abr./jun., 2013.
- CUNHA, A. E. **Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade**. Eugênio Cunha. 5.ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.
- DUARTE, E. R. RAFAEL, C. B. S.; FILGUEIRAS, J. F.; NEVES, C. M. et al. Estudo de Caso Sobre a Inclusão de Alunos com Deficiência no Ensino Superior. **Rev Bras Ed Esp**, Marília, v. 19, n.2, p. 289-300, abr./jun., 2013.
- FERRARI, M. A. L. D.; SEKKEL, M. C. Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. **Psicol Cienc Prof**, Brasília, v. 27, n. 4, p. 636-647, dez., 2007.
- FERREIRA, S. L. Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 13, n. 1, p. 43-60, abr., 2007.
- LIBERATI, A.; ALTMAN, D. G.; TETZLAFF, J.; MULROW, C. et al. The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate health care interventions: explanation and elaboration. **PLoS Med [Internet]**, Jan. v. 6 n. 7, 2009. Disponível em: <http://journals.plos.org/plosmedicine/article?id=10.1371/journal.pmed.1000100>. Acesso em: 30 de agosto de 2017.
- MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Rev Bras de Educação**, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.
- MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, out./dez., 2008.

- NUNES, T.; RODRIGUES, R.; LAMELA, D.; COSTA, R. N. Perspectiva social sobre os discursos opressores da deficiência na universidade. **Psico**, Porto alegre, v. 42, n. 1, p. 124-133, jan./mar., 2011.
- OLIVEIRA, C. B. Jovens deficientes na universidade: experiências de acessibilidade? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 55, out./dez., 2013
- OLIVEIRA, R. Q. et al. A Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais no Ensino Superior. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 22, n. 2, p. 299-314, abr./jun., 2016.
- PACHECO, R.V.; COSTAS, F.A.T. P Processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Educação Especial**. Santa Maria, n. 27, p. 151-170, 2006.
- PADILLA, E. M.; SARMIENTO, P. J.; COY, L. Y. Educación inclusiva y diversidad funcional en la Universidad. **Rev. Fac. Med.**, v. 61, n. 2, p.195-204, 2013.
- PEREIRA, F. J. R.; CORREIA, A. A.; SILVA, C.C.; NETO, E. A. L. et al. Condições de Acesso às Pessoas com Deficiência em Instituições de Ensino Enfermagem: Utilização de Redes Neurais Artificiais como Suporte à Decisão. **Rev bras ciencia Saúde**, Paraíba, v.16, n.2, p.143-148, 2012.
- PEREIRA, F. J. R.; SANTOS, S. R.; SILVA, C. C. Política de formação inclusiva: percepção de gestores sobre processo de mudanças em Instituições de Ensino Superior. **Rev Bras Enferm.**, Brasília, v. 64, n. 4, p. 711- 716, jul./ago., 2011.
- REIS, M. X.; EUFRÁSIO, D. E.; BAZON, F. V. M. A formação do professor para o ensino superior: prática docente com alunos com deficiência visual. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p.111-130, abr., 2010.
- RODRIGUES, D. **Educação Inclusiva. As boas notícias e as más notícias**. In D. Rodrigues (Ed.). Perspectivas sobre a inclusão: da Educação à Sociedade. Coleção Educação Especial. (89-103). Porto: Porto Editora, 2003.
- SILVA, M. M. P. **Inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino: uma análise das publicações da revista nova escola**. (Monografia). Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2011.
- SIQUEIRA, I. M.; SANTANA, C. S. Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.16, n.1, p.127-136, jan./abr., 2010.
- UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

Recebido em: 02 de maio de 2017

Modificado em: 24 de agosto de 2017

Aceito em: 09 de outubro de 2017